A ARTE E A MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

LUCIANA RUFINO

RESUMO

A arte e a musicalização são importantes na educação infantil por contribuírem para o desenvolvimento cognitivo, motor e socioafetivo das crianças. Por meio da arte, as crianças têm a oportunidade de se expressarem, desenvolverem a criatividade, a imaginação e a percepção visual, tátil e espacial. Além disso, a prática artística também ajuda a desenvolver a coordenação motora fina e a lateralidade. Já a musicalização contribui para a percepção auditiva, rítmica e melódica, além de estimular a memória, a atenção e a concentração. Através da música, as crianças aprendem a trabalhar em grupo, a respeitar as diferenças e a desenvolver a sensibilidade e a expressão corporal. Ambas as práticas podem ser exploradas de forma lúdica e criativa, em atividades que envolvam desenho, pintura, colagem, modelagem, teatro, dança, canto, percussão e instrumentos musicais adaptados para a idade das crianças.

Palavras-chave: Arte; Desenvolvimento Cognitivo; Musicalização.

INTRODUÇÃO

A música é uma linguagem particular e específica, que se traduz em formas sonoras carregadas de expressão, sentimentos, pensamentos e sensações. Uma das principais formas de expressão humana, e está presente em todas as culturas, nas mais variadas situações rituais de um povo, imprimindo através de sua manifestação a marca deste povo, de seu tempo, de sua história. É, portanto, este aspecto ritual e cultural da manifestação musical que explica a sua importância no contexto educacional, mas o trabalho efetivo e significativo com música na escola tem, historicamente, encontrado certa dificuldade.

Todos ouvem, gostam, apreciam, compartilham, ela traz ao indivíduo sensações de alegria, tristeza, vitória, recordações, saudades, etc.; exteriorizando emoções, conseguindo integrar- se ao íntimo e adquire significações dos modos pelos quais o indivíduo participa da atividade humana.

Como uma prática cultural e humana, a música "passa uma mensagem e revela a forma de vida mais nobre, a qual a humanidade almeja" (Faria,2001, p. 4). Ela demonstra emoção, não ocorrendo apenas no inconsciente, mas toma conta das pessoas, envolvendo-as trazendo lucidez à consciência.

Para conceituar Música, portanto, é necessário compreendê-la como produto histórico e cultural, determinado pelo contexto social de diferentes formas, concepções e visões de mundo. Ciência, Arte, Linguagem, não há um conceito fixo e imutável, uma definição absoluta para o que seja Música, mas uma variedade de interpretações, de acepções, que estão a todo tempo reconstruindo-se, resinificando-se, de tempos em tempos, atribuindo à Música, o que acreditamos ser o seu caráter mais rico, sua infinidade, sua pluralidade, sua variedade, dinâmica, enfim, suas possibilidades ilimitadas.

Justifica-se o tema em questão devido ao fato de que na Educação Infantil, a música é utilizada de forma lúdica e na maioria das atividades, fazendo com que as crianças tenham conhecimento da linguagem musical desde bebês.

É necessário repensar e definir o lugar da música na escola, como produto cultural e histórico ao qual as crianças têm direito ao acesso, valorizar práticas musicais desde a educação infantil.

A música deve ser concebida como uma linguagem que se organizada e fundamentada culturalmente, ela é uma prática social. Deve ser considerada na educação, não como música pela música, mas como instrumento de educação, no qual deve ser relacionado as práticas cotidianas dos alunos, pois a mesma contribui além do processo de ensino aprendizagem, mas também para formação da própria cidadania.

A função da escola em relação à música é oferecer à criança a maior quantidade de oportunidades para que esta possa estabelecer um contato profundo com a música viva e em geral com o mundo dos sons, seja cantando, movimentando-se, executando ritmos com expressões corporais ou instrumentos musicais.

Torna-se imprescindível, portanto, fazer, uma análise reflexiva das práticas pedagógicas, experimentando possibilidades através da música e desenvolvendo uma ação de rede de conhecimentos, articulando teoria/prática, fundamentada no princípio da interdisciplinaridade. Para tanto, é necessário garantir condições de formação aos professores, de recursos e espaços para aplicação da proposta, como também, colocar efetivamente em prática, as leis, documentos, teorias, que há décadas foram elaboradas para uma formação integral e desenvolvimento pleno de nossas crianças.

A MÚSICA COMO FERRAMENTA PARA DESENVOLVER A COMPETÊNCIA INTERCULTURAL NA SALA DE AULA

A aquisição de competência intercultu-

ral no campo educacional é considerada um desafio para a convivência, sendo, portanto, condição necessária a busca de espaços comuns de interação e comunicação entre os diversos agentes envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Como aponta Vila (2012), o verdadeiro significado intercultural é dado pela lógica da inclusão, e não da integração. A educação inclusiva vem sendo discutida e contextualizada desde a década de 1990 na Conferência Mundial sobre Educação para Todos realizada na Tailândia (UNESCO, 1990).

Sob esse ponto de vista, a educação inclusiva foi amplamente abordada por Lubet (2009), que destaca os problemas históricos que encontramos na educação musical a partir da inclusão de pessoas com necessidades de apoio educacional na escola. Da mesma forma, Gilboa e Ben-Shetrit (2009) trabalham a educação inclusiva no campo da musicoterapia, com o objetivo de examinar como a musicoterapia em grupo se desenvolve na companhia de crianças.

Numerosos estudos (Bamford, 2006) sustentam que a música possui qualidades que promovem a inclusão social. Com isso se refere a todos os tipos de inclusão ou classe religiosa, racial ou social. Da mesma forma, a obra de Dillon (2007) aborda a música a partir de seu significado na direção da transformação. Por meio de uma metodologia qualitativa, o autor examina experiências musicais na forma como professores, países e alunos encontram significado na educação musical. Com isso, a música torna-se objeto de uma experiência, facilitando a inclusão social, parte da abordagem de pertencimento que possui. Portanto, considera-se fundamental educar pela música a partir da escuta, canto, interpretação, criação (improvisação-composição).

Tendo enfocado as qualidades que a música possui para o desenvolvimento da competência intercultural, observa-se que, por meio do conhecimento de outras culturas, ela se desenvolve.

Segundo Sáez (2004), a competência intercultural refere-se a uma combinação de habilidades específicas gerais que ajudam a formar cada cidadão. Estas capacidades materializam-se na aquisição de atitudes positivas face à diversidade cultural, na promoção de competências de comunicação para uma interação eficaz entre pessoas de diferentes culturas e no desenvolvimento da capacidade de compreensão da própria cultura.

Apesar das dificuldades que a mudança cultural acarreta, é justamente a necessidade que reside na importância de buscar espaços de interação e comunicação entre todos os participantes do processo de ensino e aprendizagem, a fim de transformar a escola em um local mais inclusivo. Um aspecto necessário para essa mudança, como aponta Sandoval (2011), é tomar consciência do importante papel que os alunos desempenham como agentes de transformação educacional.

Nos últimos anos, a educação musical vinculou o conceito de música popular ao de competência intercultural, talvez por acreditar que o conhecimento de diferentes tipos de música popular de todo o mundo proporcionará educação intercultural.

A gênese do comportamento musical começa antes do nascimento. Isso revela que a participação musical se desenvolve na vida infantil por meio da interação social compartilhada. Este fato destaca o valor da música como ferramenta para aprimorar a competência intercultural por meio da interação musical apropriada.

A música contribui para desenvolvimento dos conceitos de sociedade e cultura, sendo uma ferramenta valiosa para desenvolver a educação intercultural Segundo López de Arenosa (2009, p. 14): “Há cada vez mais vozes na antropologia a respeito do caráter inato da linguagem musical”.

UM BREVE HISTÓRICO A RESPEITO DA MÚSICA NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Para compreendermos o contexto atual do trabalho com a música na Educação Pública no País, é importante lembrar a trajetória das políticas educacionais que, a partir dos anos 90, promoveram grandes mudanças e conquistas para o ensino, no que diz respeito à formação integral do indivíduo, e o papel da educação musical nesse processo.

Em 1996, a Elaboração e implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) estabeleceu os deveres do estado com a Educação no país, assim como determinou o modo organizacional, as metas e as concepções que norteariam a Educação de um modo geral:

Título III da LDB, do direito a educação e do dever de educar, no Art. 4

O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – Atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade

IX – Padrões mínimos de qualidade de

ensino, definidos como a variedade e quantidades mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. (LDB, 1996)

A LDB, pela primeira vez traz em seu texto a preocupação com a formação integral do educando, e torna-se um marco legal para a nova concepção de educação e para determinações de qualidade a serem garantidas pelo poder público,

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (LDB, 1996)

Em 1997, o Ministério da Educação e do Desporto elabora os Parâmetros Curriculares Nacionais, trazendo uma proposta para o trabalho musical nas escolas de ensino fundamental, numa perspectiva de formação que dê oportunidades de participação efetiva dos alunos como ouvintes, intérpretes, compositores e improvisadores. Nesse sentido, a música é concebida como fundamental na formação de cidadãos e a escola, como lugar de interação, de incentivo à participação em variadas manifestações musicais, proporcionando uma vivência cultural rica e ampla.

Para que a aprendizagem da música possa ser fundamental na formação de cidadãos é necessário que todos tenham a oportunidade de participar ativamente como ouvintes, intérpretes, compositores e improvisadores, dentro e fora da sala de aula. (BRASIL, 1997, p.77)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem um trabalho neste sentido, considerando a comunicação e expressão em música, que abrange interpretação, improvisação e composição, a apreciação significativa que abrange escuta, envolvimento e compreensão da linguagem musical, e a música como produto cultural e histórico, mas a grande dificuldade está na prática efetiva nas escolas e nas complexidades do cenário educacional.

Dois anos após a publicação da LDB e atendendo às determinações desta lei, o Ministério da Educação pública o Referencial Nacional Curricular para a Educação infantil, referente a creches, entidades equivalentes, pré-escolas e integra a série de documentos dos Parâmetros Curriculares. O objetivo deste referencial era auxiliar o professor, na realização do trabalho pedagógico diário com as crianças pequenas.

Para que as crianças possam exercer sua capacidade de criar é imprescindível que haja riqueza e diversidade nas experiências que lhe são oferecidas nas instituições, sejam elas mais voltadas às brincadeiras ou às aprendizagens que ocorrem por meio de uma intervenção direta. (BRASIL, 1998, p.27)

Nos documentos do RCNEI, a vivência musical pode proporcionar à criança, a integração de experiências que passam pela prática e pela percepção, como por exemplo: aprender, ouvir e cantar uma canção, realizar jogos de mão ou brincar de roda. Dessa maneira por meio do desenvolvimento e da compreensão dessas atividades, as crianças atingem patamares cada vez mais sofisticados de compreensão de mundo, ressignificando-o, apreendendo-o.

As Diretrizes Curriculares Nacionais elaboradas anteriormente pelo conselho (Resolução CNE/CEB nº 1/99 e Parecer CNE/CEB nº 22/98) em conjunto com várias esferas sociais, também foram imprescindíveis para as conquistas acerca da qualidade e para o fortalecimento das concepções de formação integral dos educandos, abrindo espaço para a valorização significativa do patrimônio cultural e artístico.

Art. 3º O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Apesar de quase duas décadas de implementação da LDB, e de todos os documentos institucionais relacionados ao currículo da Educação Básica, ainda hoje notamos certa dificuldade no trabalho efetivo com a música na sala de aula. Seja devido à concepção equivocada de atribuir a música na Educação infantil um caráter meramente ritual ou restrito ao uso de instrumentos (bandinhas), ou na omissão por parte das Escolas de Ensino fundamental que privilegiam apenas o conhecimento científico, o ensino das língua portuguesa e matemática, em detrimento da linguagem artística.

A aprovação da Lei nº 11.274/2006, que trata da inclusão de crianças de seis anos no ensino fundamental como tentativa de ampliar a escolarização vêm apenas agravar está problemática, promovendo a retirada do fazer artístico na formação integral da criança e comprometendo seu momento primordial do desenvolvimento que é a educação infantil. No lugar de garantir educação infantil de qualidade ou ao menos garantir nas escolas de ensino fundamental, condições mínimas para a formação de crianças de seis anos, assim como espaços e recursos específicos para a faixa etária e formação adequada para os professores, essa decisão política constituiu-se mera medida administrativa.

O que ocorre, na prática com essa mudança, é a obrigatoriedade do Estado a oferecer acesso ao ensino fundamental para as crianças já aos seis anos, que de certa forma parece ser uma conquista considerando o elevado número de crianças nesta faixa etá-

ria fora da escola por falta de oferta de vagas. Porém, essa medida diminui o tempo de vivência na Educação Infantil antecipando a escolarização das crianças.

A lei nº 11.769, representa um importante marco referencial para a institucionalização e valorização do ensino da música efetivamente. Sancionada em 18 de agosto de 2008, o ano de 2012 seria a data limite para que a música constasse como conteúdo obrigatório na grade curricular de todas as instituições de Educação Básica.

Na prática, o que esta lei pode garantir é um olhar para as necessidades de formação dos educandos no sentido pleno, de acesso e manipulação da arte e do patrimônio cultural, de modo que os princípios estéticos da educação sejam considerados, valorizados e garantidos a todos, desde a Educação Infantil e complementando-se no Ensino Fundamental.

O trabalho com música deve considerar, portanto, que ela é um meio de expressão e forma de conhecimento acessível aos bebês e crianças, inclusive aquelas que apresentem necessidades especiais. A linguagem musical é excelente meio para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio, da autoestima e autoconhecimento, além de poderoso meio de integração social. (BRASIL, 1998, p.49)

No que diz respeito à Educação Infantil e ao trabalho realizado com a música nesta modalidade de ensino, é preciso lembrar que as crianças entram em contato com a cultura musical muito cedo, portanto há que se potencializar o acesso à Educação musical nos espaços escolares da infância, e considerar também a importância de continuidade, de integração do ensino musical no contexto das séries iniciais rompendo com os paradigmas que tratam a música como produto pronto em vez de conhecimento a ser construído.

Há que se considerar ainda, a concepção inadequada de educação infantil, como pré-escolarizarão, presente em muitas instituições, restritamente pautadas na alfabetização e nos conhecimentos matemáticos, deixando de lado o lúdico, o brincar, o movimento, o fazer musical e artístico, reproduzindo práticas conteudistas e suprimindo etapas imprescindíveis no processo de aprendizagem. Dessa forma pode-se romper com a visão que culpabilidade somente a modalidade de ensino fundamental pelo desaparecimento do trabalho musical nas escolas, tendo em vista que, muitas escolas de educação infantil antecedem este processo, contrariando a sua própria identidade infantil.

A criança é um ser "brincante" e, brincando, faz música, pois assim se relaciona com o mundo que descobre a cada dia. Fazendo música, ela metaforicamente, "transforma-se em sons", num permanente exercício: receptiva e curiosa, a criança pesquisa materiais sonoros, "descobre instrumentos", inventa e imita motivos melódicos e rítmicos e ouve com prazer a música de todos os povos. (BRITO, 2003, p. 35)

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, propõe uma reflexão sobre estes procedimentos contraditórios, presentes em muitas instituições de educação infantil, numa perspectiva de formação que considera a importância do contato intuitivo e espontâneo com a expressão musical desde os primeiros anos de vida para o processo de musicalização, o respeito ao modo de perceber, sentir, pensar, em cada fase do desenvolvimento humano e contribuir para que a construção do conhecimento musical se dê de modo significativo, como também : "a possibilidade de vivenciar e refletir sobre questões musicais num exercício sensível e expressivo que também oferece condições para o desenvolvimento de habilidades, de formulação de hipóteses e conceitos." (BRASIL, p. 48)

Ouvir música, aprender uma canção, brincar de roda, realizar brinquedos rítmicos, jogos de mão, etc., são atividades que despertam, estimulam e desenvolvem o gosto pela atividade musical, além de atenderem a necessidades de expressão que passam pela esfera afetiva, estética e cognitiva. Aprender música significa integrar experiências que envolvam a vivência, a percepção e a reflexão, encaminhando-as para níveis cada vez mais elaborados. (BRASIL, p. 48)

Nessa perspectiva de ensino, considera-se a Educação Musical, segundo Brito, (2003), "um trabalho pedagógico que se pode realizar em contextos educativos nos quais a música é entendida como um processo contínuo de construção que envolve perceber, sentir, experimentar, imitar, criar, refletir".

A MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A PRÁTICA NA SALA DE AULA

Os seres humanos são programados para serem sensíveis aos padrões sonoros, e essa sensibilidade permite que a música promova a comunicação e a imaginação nas crianças. Mesmo antes de os bebês falarem, seu balbucio e sons ajudam a desenvolver as vias neurais necessárias para ouvir e falar. Os bebês que ouvem uma linguagem dirigida e responsiva a eles balbuciam mais e têm vocabulários maiores quando são crianças. Quando ouvem e veem outras pessoas cantando como parte da vida diária, as crianças rapidamente adquirem o hábito, usando o som para explorar novas maneiras de compreender ou descrever o mundo ao seu redor.

É também nesses primeiros anos que as crianças aprendem a expressar e administrar seus sentimentos, bem como a descobrir como ler as expressões e os sentimentos das

outras pessoas, compreendendo como as outras mentes funcionam. Por meio da música, as crianças podem inventar jogos, canções e histórias que as ajudam a controlar seus sentimentos.

Infelizmente, muitos educadores da primeira infância têm pouca preparação ou experiência com a implementação da educação musical em suas salas de aula.

A música pode desempenhar um papel importante na Educação Infantil, desde que seja explorada e planejada de maneira adequada. Diversos fatores influenciam nesse contexto, como a cultura do professor, suas experiências de vida e seu conhecimento de mundo. É importante lembrar que as crianças usam a música de forma espontânea, e que ela pode ser usada para fomentar a interação e a socialização entre elas, além de contribuir para a parte lúdica, memória e criatividade.

A presença da música na educação infantil pode contribuir para o desenvolvimento da memória e da inteligência, bem como para a inclusão de crianças com deficiência, pois ela não cobra nada da criança, não pressiona e pode ser um recurso relaxante. Além disso, a música pode ajudar no desenvolvimento social e na convivência com as pessoas ao redor.

De acordo com Brito (2003), as cantigas de ninar, canções de roda, parlendas e outros tipos de expressão musical são extremamente importantes na educação infantil, auxiliando na interação da criança com diferentes repertórios musicais. Para que o trabalho com música seja bem-sucedido, é fundamental que o educador respeite o aluno e seus conhecimentos prévios sobre a música, incentivando-os a mostrar o que já sabem e a descobrir mais.

A música é uma ferramenta importante na construção do conhecimento do aluno, pois não faz diferença entre as pessoas, sendo acessível a todos. Ela não é uma atividade mecânica, mas sim planejada e contextualizada, incentivando a criança a improvisar, experimentar e inventar. O professor deve levar a música à sala de aula não apenas com o objetivo de formar músicos, mas também de enriquecer a experiência de vida das crianças, permitindo que elas mergulhem em diferentes culturas e desenvolvam seu intelecto. O foco principal deve ser o presente, o conhecimento e o progresso do aluno como indivíduo, visando caminhos que levem à sua evolução (GODOI, 2003).

Cabe também ao professor sempre manter uma postura perante o aluno no momento de ensinar música, sempre interagindo com eles, agindo de maneira alegre, entusiasmada, mostrando o seu próprio interesse ao aluno, independente de saber cantar bem ou não (FELICIANO, 2012).

A música dentro da educação Infantil serve para motivar o interesse da criança seja em qualquer faixa etária (desde o zero ano de idade até o fim da vida). Dentro da sala de aula quando trabalhada aumenta a sensibilidade das crianças, a capacidade de concentração, desenvolver o raciocínio lógico matemático e a memória, além de ser um forte desencadeador de emoções.

"Quando a música é utilizada desde cedo em ambientes onde se priorizam a educação é certo o estabelecimento de relações, pois as crianças constroem um repertório que permite iniciar uma forma de comunicação por meio dos sons". (Brasil, 2002, p. 51).

O ensino da música se estende por todas as áreas da aprendizagem, pois quando a criança está cantando, tocando ou ouvindo uma música está aprendendo muitas coisas como noções do folclore, de ciências, alfabeto, matemática, esquema corporal, aprende uma infinidade de atividades que influenciarão no processo de desenvolvimento da educação.

Qualquer proposta de ensino que considere a diversidade precisa abrir espaço para o aluno trazer a música para a sala de aula, acolhendo-a, contextualizando-a e oferecendo acesso a obras que possam ser significativas para o seu desenvolvimento pessoal em atividades de apreciação e produção. A diversidade permite ao aluno a construção de hipóteses sobre o lugar de cada obra no patrimônio musical da humanidade, aprimorando sua condição de avaliar a qualidade das próprias produções e as dos outros. (BRASIL, 2001, p. 75).

Dentro da educação infantil a música é uma das atividades mais utilizadas pelos professores com o objetivo de ensinar as propostas além de levar à criança a aprendizagem, também servem como objeto de descontração e de divertimento. As crianças passam a interagir com um processo de musicalização crescente, muito diferente do século passado. Trabalhar com a música na educação infantil faz com que as crianças sejam estimuladas a experiência musical.

Loureiro (2003) afirma que pode e deve-se reunir uma grande variedade de fontes sonoras. Podem-se confeccionar objetos sonoros com as crianças, introduzir brinquedos sonoros populares, instrumentos étnicos, materiais aproveitados do cotidiano etc., com o cuidado de adequar materiais que disponham de boa qualidade sonora e não apresentem nenhum risco à segurança de bebês e crianças".

É preciso que se valorize a escuta musical, é o que aponta o RCNEI. A escuta musical deve estar integrada de maneira intencional às atividades cotidianas dos bebês e das crianças pequenas. É aconselhável a organização de um pequeno repertório que durante algum tempo, deverá ser apresenta-

do para que estabeleçam relações com o que escutam. Tal repertório pode conter obras da música erudita, da música popular, do cancioneiro infantil, da música regional etc. A música, porém, não deve ser funcional como pano de fundo permanente para o desenvolvimento de outras atividades, impedindo que o silêncio seja valorizado.

Na educação infantil o trabalho com música deve ser mais detalhado, acompanhado da ampliação da capacidade de atenção e concentração das crianças. A música deve e pode propiciar o enriquecimento do conhecimento de vários aspectos referentes a diversos conteúdos e a produção musical, ou seja, instrumentos utilizados, gêneros musicais, os profissionais das áreas estudadas.

A música tem o poder de criar e liberar emoções e é assim um poderoso recurso educativo, mas para ser de fato bem utilizada a criança precisa ter o hábito de expressar-se musicalmente desde os primeiros anos de vida, para que a música seja de fato parte da sua vida. De acordo com (VISCONTI, BIAGIONE, 2002, p. 39) para que isso aconteça:

O trabalho com a música deve ser norteado pela vivência dos elementos - ritmo e som – de forma lúdica, dando oportunidade para que o educando sinta, pense e crie, uma vez que esses elementos possuem todo o material necessário para o desenvolvimento físico, afetivo e mental dos alunos.

A música tem o poder de encorajar, não importa qual forma de atividade, a criança sabe que o progresso consiste em recomeçar sempre e cada vez melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos musicais, assim como as diferentes práticas musicais utilizadas em determinados tempos e lugares, também estão ancorados em crenças, tradições e valores desses tempos e lugares; portanto, eles são sempre relativos. A música tem valor porque constitui um meio de envolvimento social e cultural. É sobretudo uma manifestação do contexto humano em que surge e existe.

A música tem o poder de fortalecer a conexão entre o corpo e o cérebro, trabalhando juntos como uma equipe. Quando as crianças dançam e se movem ao som da música, elas desenvolvem habilidades motoras, enquanto cantar as ajuda a praticar suas vozes. A exposição à música ajuda a criança a aprender os sons dos tons e das palavras, auxiliando em seu processo de desenvolvimento. É importante expor as crianças à música e jogos musicais suficientemente para ajudá-las a desenvolver seu potencial em crescimento musical real, pois a capacidade de desenvolver habilidades musicais é influenciada por fatores positivos e negativos.

Além dos benefícios cognitivos, a presença da música na sala de aula é um espaço ideal para aumentar o senso de identidade e consciência cultural dos alunos. Quando os alunos aprendem sobre música, eles também aprendem sobre língua, cultura e história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAMFORD, ANNE. The Wow Factor. Compêndio de Pesquisa Global sobre o Impacto das Artes na Educação, Nova York, Waxmann Munster. 2006.

LUBET, ALEX. "The Inclusion of Music/ the Music of Inclusion", International Journal of Inclusive Education, vol. 13, não. 7, pág. 727-739. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC 2ª versão. Brasília, DF, 2018.

_____, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 9394/96, de 20 dez 1996.

_____. Lei Federal 11.796/ 2008, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei 9.394/1996, de20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino de música na educação básica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 159, p. 1, 19 ago. 2008.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil Resolução. n°002/98.

_____. Parâmetros curriculares nacionais Volume 6: arte. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

BRÉSCIA, Vera Pessagno. Educação musical: Bases psicológicas e ação preventiva. Campinas: Átomo, 2011.

FARIA, Márcia Nunes. A música, fator importante na aprendizagem. Assis Chateaubriand. 2001. 40f. Monografia (Especialização em Psicopedagogia) – Centro Técnico Educacional Superior do Oeste Paranaense. CTESOP/CAEDRHS. Paraná, 2001.

FELICIANO, S. Z. A Música na Educação Infantil. Lins São Paulo, 2012.

FERREIRA, Martins. Como usar a música na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2001.

ROSA, Nereide S.S. Educação Musical para 1ª e 4ª Série. São Paulo: Ática, 1990

_____. Educação Musical para pré-escola. São Paulo: Ática, 1990.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. O Ensino de Arte nas Séries Iniciais – Ciclo I. São Paulo: FDE, 2006.

SILVA, W.L. Música na educação básica: desafios e possibilidades de na formação de professores não especializados. REVISTA ELETRÔNICA PRÓ-DOCÊNCIA. UEL, Edição Nº. 2, Vol. 1, jul-dez. 2012. DISPONÍVEL EM: http://www.uel.br/revistas/prodocenciafope. Acesso em: 20 jun.2023.

SOUZA, C.E.; JOLY, M.C.L. A importância do ensino musical na educação infantil. Cadernos da Pedagogia. São Carlos, Ano 4 v. 4 n. 7, p. 96 - 110 , jan -jun.

SOUZA, Jucimara (ORGs). Música, Cotidiano e Educação. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

STEFANI, Gino. Para entender a música. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

VIEIRA, Jusamara; KLÜSENER, Renita (Orgs.) Projetos na escola: Registros de uma experiência em formação continuada. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. Pensamento e linguagem. São Paulo, 1993: Martins Fontes.